



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE IMPRENSA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Adoções

Em complemento à informação prestada na [nota à comunicação social](#) e no [esclarecimento](#) emitidos a propósito de um caso de alegadas adoções ilegais e na sequência de questões de diversos órgãos de comunicação social relativamente ao eventual contacto que a Procuradora-Geral da República possa ter tido com processos que correram termos na jurisdição da família e crianças, esclarece-se:

Como consta do [currículo](#) que se encontra divulgado no Portal do Ministério Público, a Procuradora-Geral da República exerceu funções no Tribunal de Família e de Menores de Lisboa entre 1994 e 2002, tendo, durante parte desse período, assumido a coordenação dos magistrados do Ministério Público.

Como foi oportunamente informado na nota à comunicação social e no esclarecimento já referidos, a matéria relacionada com o eventual encaminhamento irregular para adoção de crianças acolhidas num lar da Igreja Universal do Reino de Deus deu origem a um inquérito-crime e a inquérito previsto no art.º 211º do Estatuto do Ministério Público.

Este inquérito previsto no art.º 211º do Estatuto do Ministério Público reveste-se de uma natureza própria de uma auditoria e tem por objeto exatamente a atuação funcional do Ministério Público em todas as suas vertentes, tendo em vista examinar os procedimentos então adotados e analisar todas as intervenções desenvolvidas nos respetivos processos.

No âmbito do inquérito nada deixará de ser investigado, o que permitirá apurar todos os factos e eventuais responsabilidades dos magistrados.

Este inquérito está a cargo de um Inspetor do Ministério Público, o qual funciona junto do Conselho Superior do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE IMPRENSA

De resto, apela-se a todos os que tenham conhecimento de factos relacionados com as alegadas adoções ilegais o envio dos mesmos por correio ou correio electrónico, com a referência "Processo 11.261/17", para:

Secção de Apoio ao Conselho Superior do Ministério Público
Procuradoria-Geral da República
Rua da Escola Politécnica, n.º 140
1269-269 Lisboa
Email: correiopgr@pgr.pt

Lisboa, 5 de janeiro de 2018

O Gabinete de Imprensa